



Cadernetas agroecológicas capixabas: gênero, biodiversidade e soberania alimentar no Espírito Santo

Capixabas Agroecological Booklets: gender, biodiversity and food sovereignty in Espírito Santo, Brazil.

SILVA, Alessandra Maria¹; OLIVEIRA, Angélica C.²; SIQUEIRA, Ana Paula de O.³; BARBOSA, Jacinta Cristiana⁴; BARBOSA, Ana Kelly M.⁵; ROSA, Laisa G.⁶

^{1,2,3,4,5,6} Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper),

¹alessandra@incaper.es.gov.br; ²angelica.oliveira@incaper.es.gov.br;

³ana.siqueira@incaper.es.gov.br; ⁴cristiana.barbosa@incaper.es.gov.br; ⁵anakellymotab@gmail.com;

⁶laisagomes973@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: O projeto das “Cadernetas Agroecológicas Capixabas” foi desenvolvido em cinco municípios do Espírito Santo, considerando as diversas etnias que compõem a população rural capixaba. Participaram do projeto as indígenas de Anchieta; as mulheres da agroecologia de Boa Esperança; as pescadoras de Itapemirim; as quilombolas de Laranja da Terra e as de descendência italiana de São Roque do Canaã. As mulheres participaram de oficinas de construção do mapa da biodiversidade, de entrevistas semiestruturadas, de rodas de conversa, intercâmbios e seminário, além de preencherem as cadernetas com sua produção destinada ao consumo familiar, doação, troca ou venda. A análise dos resultados dessas metodologias indicou a importante participação das mulheres na economia familiar. No entanto, o processo de transformação social ainda necessita de novas ações, com o propósito de sensibilizar os atores sociais para as questões de gênero, divisão do trabalho, autonomia econômica, cuidado familiar e agroecologia.

Palavras-Chave: empoderamento das mulheres rurais e da pesca; agroecologia; feminismo; extensão rural.

Contexto

Os últimos quatro anos foram marcados por retrocessos políticos, sociais e sanitários no Brasil. Em meio à mudança de governo e ao contexto social cada vez mais excludente e misógino no estado do Espírito Santo, região Sudeste do Brasil, as mulheres capixabas rurais e da pesca participaram de um diagnóstico participativo realizado pelo poder público estadual, onde puderam apresentar suas principais demandas.

O resultado desse diagnóstico demonstrou uma manifestação de resistência, na qual mulheres agricultoras, pescadoras, indígenas, quilombolas, descendentes de italianos e alemães, mulheres da agroecologia, de comunidades tradicionais, dentre outras, apontaram como principais problemas a serem enfrentados a invisibilidade e a não valorização do trabalho desempenhado por elas, seja na produção, no processamento ou no cuidado da família e da natureza.



Esse resultado impactou na elaboração do principal programa para mulheres rurais e da pesca do estado, que foi instituído em 2019, sob denominação de “Elas no campo e na pesca: empreendedorismo, liderança e autonomia”. Entre outras ações, o programa impulsionou a campanha “Quem são Elas?” para dar visibilidade às mulheres rurais e da pesca, através da divulgação de vídeos nas mídias digitais e elaboração de um livro, com histórias de mulheres que se destacaram em suas atividades produtivas (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Embora seja um esforço válido, a invisibilidade e não valorização do trabalho das mulheres rurais e da pesca está vinculado a questões estruturais da hierarquia social, que não reconhece a fundamentalidade do trabalho delas, atribuindo-lhe o escote de “ajuda” ou “função de esposa” (PAULILO, 2014). E é dessa invisibilidade que as mulheres se queixaram. Tendo essa perspectiva, campanhas publicitárias não são suficientes para romper com os paradigmas da desigualdade de gênero no campo. Ao final de campanhas, há uma tendência a ocorrer um esquecimento da mídia veiculada, que, provavelmente, tenha alcançado apenas um entretenimento momentâneo e não a transformação social.

Nesse contexto, buscamos desenvolver uma pesquisa-ação participativa que contribuísse para registrar numericamente e monetariamente o impacto da participação das mulheres rurais e da pesca na economia familiar e local, na conservação da biodiversidade, na soberania alimentar, ao mesmo tempo que sensibilizasse os atores envolvidos para reflexões sobre as relações de gênero no campo e mobilizasse as mulheres para a transformação pessoal e coletiva.

Dessa forma, o projeto “A política estadual para as mulheres rurais e da pesca: uma análise do impacto socioeconômico e ambiental a partir da mediação feminista”, foi iniciado em 2021 e encontra-se em andamento. Objetivamos, primordialmente, sensibilizar os atores sociais para as questões de gênero, divisão do trabalho, autonomia econômica, cuidado familiar e agroecologia e analisar a influência da perspectiva agroecológica da ATER feminista como metodologia de mediação, tendo as “Cadernetas Agroecológicas” como referência de instrumento político (CARDOSO et al., 2019).

Em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZM), implementamos o projeto – que passou a ser denominado popularmente como Cadernetas Agroecológicas Capixabas – em cinco municípios, buscando atender a diversidade cultural e étnica do estado. Em Anchieta, município do litoral sul, participaram mulheres indígenas da Chapada do A. Em Boa Esperança, município do Norte, participaram as mulheres da Associação Agroecológica Esperança Viva. Em Itapemirim, no litoral sul, participaram as mulheres pescadoras e marisqueiras. Em Laranja da Terra, região dos Pontões Capixabas, participaram mulheres da comunidade Quilombola de Santa Luzia. E em São Roque do Canaã, região Central Oeste, participaram dois grupos de mulheres descendentes de italianos, organizadas em associações para fins de produção de alimentos processados



artesanalmente. Ao todo, 38 mulheres rurais e da pesca participaram do projeto, do qual detalhamos a experiência a seguir.

Descrição da Experiência

O projeto se iniciou com o nivelamento metodológico da equipe com o CTA-ZM. Houve a necessidade de uma capacitação prévia em “Ater e as relações de gênero no campo” para o nivelamento conceitual e sensibilização da equipe. Buscamos o envolvimento de extensionistas mulheres e homens, haja vista que a Ater capixaba é majoritariamente composta por extensionistas homens.

Em cada município envolvido, realizamos uma oficina de apresentação da metodologia das Cadernetas Agroecológicas. Essa metodologia foi desenvolvida como um instrumento político-pedagógico que tem por objetivo principal mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras e que, dentro da perspectiva da Ater Feminista, contribui para a promoção da autonomia das mulheres (CARDOSO et al., 2019).

A metodologia das Cadernetas Agroecológicas consistiu na aplicação de diversas ferramentas de diagnóstico participativo e de Ater, como entrevistas, oficinas de mapas da sociobiodiversidade, rodas de conversas, intercâmbios dos grupos participantes, encontros e a própria caderneta, para possibilitar o levantamento dos dados e ao mesmo tempo viabilizar as discussões a partir dos resultados encontrados, promovendo um processo de compreensão e de tomada de consciência dos atores envolvidos.

A caderneta utilizada nessa metodologia é composta por quatro colunas, sendo uma coluna de “consumo”, uma de “doação”, uma de “troca” e uma de “venda”. Diariamente, as mulheres anotam na coluna indicada, tudo o que ela produziu ou participou do processo produtivo e que a família consumiu, doou, trocou ou vendeu. Esses produtos (alimentos, artesanatos, plantas ornamentais, plantas medicinais etc) foram anotados, bem como o seu peso e o valor atribuído a ele, conforme mercado local. Mesmo que o produto não tenha sido comercializado diretamente, o consumo, troca ou doação também fazem parte da economia familiar. Portanto, foi atribuído valor monetário a esses produtos e anotado nas cadernetas. Ao final de cada mês, foi contabilizada a participação da mulher na geração da renda familiar.

As entrevistas, aplicadas individualmente, revelaram o perfil socioeconômico das mulheres, a rotina de trabalho na propriedade e no cuidado da família, os processos de decisão intrafamiliares, a participação das mulheres na segurança alimentar das famílias e na proteção dos recursos naturais. Os resultados das entrevistas foram corroborados pelos dados levantados na aplicação dos mapas da sociobiodiversidade. Essa metodologia foi aplicada de forma coletiva, em uma oficina onde as mulheres foram incentivadas a construir mapas de suas propriedades, ou do seu espaço de trabalho (como foi o caso das pescadoras, que



não tinham propriedade rural), destacando as atividades produtivas, os recursos naturais, a residência e as relações com o meio externo. Os mapas evidenciaram a diversidade de vegetais e animais cultivados pelas famílias, ou do extrativismo (como o caso das pescadoras), do processamento desses alimentos e, especialmente, dos espaços ocupados pelas mulheres como protagonistas no processo produtivo.

Nas visitas mensais, as mulheres receberam orientações técnicas diversas, voltadas para o processo de transição agroecológica, e compartilharam as informações descritas nas cadernetas agroecológicas. Nas rodas de conversa, realizadas a cada quatro meses, os resultados foram socializados e discutido junto às mulheres. Esses momentos revelaram o processo de tomada de consciência da importância de seu trabalho para a economia familiar. As mulheres compartilharam as mudanças comportamentais diante da divisão do trabalho doméstico e da evolução da participação nas decisões familiares.

Os intercâmbios foram realizados entre os grupos de mulheres. Esses momentos contribuíram para o conhecimento de outras realidades e contextos, mas que, independentemente da região ou etnia, as questões nas relações de gênero eram semelhantes.

Em Janeiro de 2023, foi realizado o grande encontro entre as mulheres de todo o estado, participantes ou não do projeto, através do Seminário Estadual das Cadernetas Agroecológicas Capixabas. Neste seminário, diversas instituições e entidades participaram, foram contabilizadas mais de 120 pessoas. Houve a parceria como o CTA-ZM na condução do seminário e os resultados alcançados foram apresentados, os quais são compartilhados a seguir.

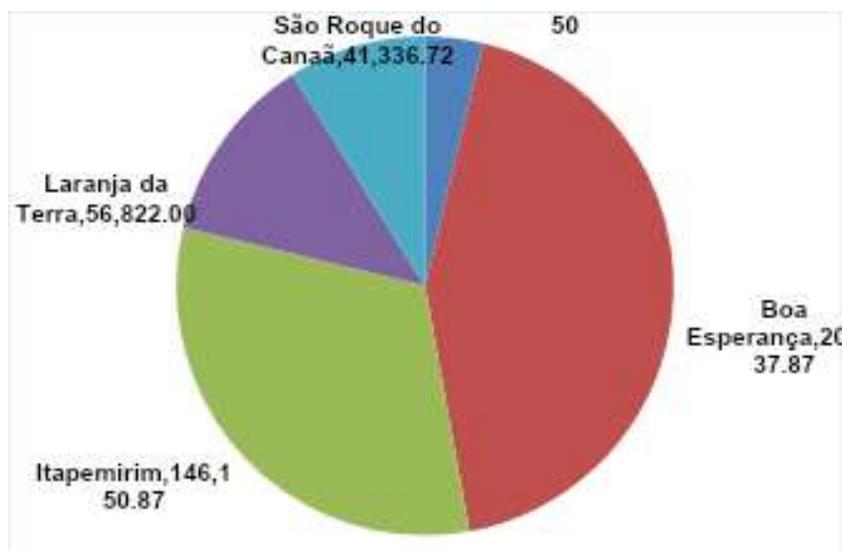
Resultados

Apresentamos os dados de 28 cadernetas analisadas, considerando aquelas que foram preenchidas de forma mais constante. Já dos dados de biodiversidade e de relações de gênero, foram consideradas todas as mulheres que participaram das entrevistas e dos mapas da sociobiodiversidade.

As mulheres, como já era de se esperar, apresentam importante participação na conservação da biodiversidade e na soberania alimentar das famílias. Foram registrados 365 tipos de alimento, sendo 93 de origem animal, 200 de origem vegetal e 63 de origem mista. Dentro dos 200 alimentos de origem vegetal, existem 71 frutas, 85 produtos olerícolas, 21 plantas medicinais e 23 temperos e especiarias. Durante o período de 12 meses de anotações nas cadernetas, foram registrados 13.700 kg de frutas, 122.354 kg de olerícolas, 1.436 dúzias de ovos, 2.350 litros de leite e 3.471 kg de carnes (bovina, suína, pescados, aves e mariscos), produzidos ou manejados pelas mulheres. Além disso, as mulheres ainda produzem 94 tipos de artesanatos e 14 mudas e sementes.



No período, 28 mulheres produziram, juntas, R\$ 462.121,96 de alimentos, artesanatos e outros (Figura 3). Esse valor corresponde à participação delas nas vendas, no consumo familiar, nas doações e trocas, indicando a importância na geração de renda e na soberania alimentar das famílias.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Distribuição da renda (em R\$) produzida pelas mulheres, conforme os grupos participantes da pesquisa, por município do ES, de agosto de 2021 a agosto de 2022.

É importante observar que o grupo de mulheres que apresentou maior biodiversidade foi o de Boa Esperança, cujas mulheres participam da Associação Agroecológica Esperança Viva. Nesse grupo, também se observou a maior participação na produção de renda, indicando a importância da biodiversidade para reprodução familiar.

O grupo de pescadoras de Itapemirim também apresentou importante geração de renda. Essa informação é fundamental para a desconstrução da invisibilidade dessas mulheres. É importante observar que o grupo das indígenas foi o de menor produção de renda. Há de se considerar que essa comunidade indígena se encontra muito próxima do centro urbano, tendo sofrido com a perda da cultura indígena e, conseqüentemente, das atividades produtivas. Ainda assim, esse grupo recebeu cursos de produção de hortas orgânicas e de artesanatos, sendo uma demanda das mulheres na tentativa de resgate cultural.

Mesmo com a tomada de consciência da importância da participação das mulheres na economia familiar, ainda há muito a se trabalhar no projeto, como o empoderamento social e político. De forma geral, as mulheres que participaram do projeto não assumem cargos de lideranças nos movimentos sociais que participam. Apenas três mulheres se mostraram envolvidas em cargos de diretoria das



associações ou de entidades de representação de classe, como a Colônia de Pesca (que é presidida por uma das mulheres). Quando se trata do documento da terra, em somente sete casos consta o nome da mulher. Na divisão do trabalho doméstico, somente em dois casos a mulher relatou que as tarefas são divididas com marido e filho.

Diante desses resultados, temos construído novos processos de envolvimento das mulheres em espaços de decisão e na participação de políticas públicas. Esse processo tem contribuído para a conscientização dos agentes envolvidos, como os extensionistas e entidades parceiras, fortalecendo a construção de um novo programa que denominamos de “Ater com mulheres capixabas”, no qual pretendemos dar continuidade às ações para o empoderamento das mulheres, de forma institucionalizada e em rede.

Agradecimentos (opcional)

Agradecemos à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, - SEAG e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES - financiadoras do projeto.

Agradecemos ao CTA-ZM, UENF e UFRPE – parceiros na execução do projeto.

Agradecemos à Colônia de Pesca Z-10, Associação Mulheres do Canaã, Associação Delícias de Santa Luzia, Associação Esperança Viva, Grupo de Mulheres Indígenas da Chapada do A e Grupo de Mulheres Quilombolas de Santa Luzia.

Referências bibliográficas (quando houver)

CARDOSO, Elizabeth. **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: EDUFRPE, 2019. 39p.

ESPÍRITO SANTO (estado). **Governo do Estado lança Projeto “Elas no Campo e na Pesca”**. Governo do Estado do Espírito Santo, 2019a. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-lanca-o-projeto-elasno-campo-e-na-pesca>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PAULILO, Maria Ines. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. 383p.